



Nota de Abertura

Inclusão e Sucesso de alunos migrantes

Os movimentos migratórios das últimas décadas têm colocado desafios constantes às escolas, devido à heterogeneidade sociocultural e à diversidade linguística da população escolar. Nos últimos anos, aumentou acentuadamente o número de alunos de nacionalidade estrangeira matriculados no sistema de ensino português, muitos dos quais não conhecem ou dominam a língua portuguesa. A integração destes alunos é determinante para o seu desenvolvimento social e humano e para o sucesso das políticas de imigração e, bem assim, para o desenvolvimento do País e para a coesão social.

No princípio do reconhecimento e do respeito pelas necessidades individuais e específicas dos alunos recém-chegados ao sistema educativo nacional, preconiza-se a construção de projetos curriculares que assegurem condições equitativas de acesso ao currículo e ao sucesso educativo, em particular a participação em atividades que garantam um domínio suficiente da língua portuguesa enquanto veículo dos saberes escolares, permitindo a sua integração e inclusão no sistema educativo nacional.

No contexto das atuais medidas de política educativa, destaca-se o compromisso com uma escola inclusiva onde todos os alunos, independentemente da sua situação pessoal ou social, possam adquirir um nível de educação que favoreça a inclusão plena na sociedade. Este princípio encontra-se refletido na conceção, operacionalização e avaliação do currículo dos ensinos básico e secundário, com ênfase na garantia de uma escola inclusiva, que promove a igualdade, a não discriminação e responde à diversidade e heterogeneidade dos alunos.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 140/2024, de 17 de outubro, no seu segundo Eixo – Inclusão e Sucesso de alunos migrantes –, inclui medidas que promovem a integração dos alunos migrantes e aceleram a aquisição de competências em língua portuguesa pelos alunos migrantes e pelas suas famílias.

Estas medidas consistem, designadamente, em: (i) melhorar a inclusão dos alunos que não conhecem a língua portuguesa, atribuindo mediadores linguísticos e culturais às escolas; (ii) atualizar a disciplina de Português Língua Não Materna (PLNM), nomeadamente através da disponibilização de instrumentos para posicionamento e diagnóstico dos alunos, incluindo a criação de um nível zero para os alunos sem conhecimentos de português.

Para operacionalização destas medidas, foram disponibilizados às escolas o guia para a *Inclusão Linguística e Curricular de Alunos Migrantes - Orientações para o Nível Zero* e os testes de posicionamento para os 1.º e 2.º ciclos e para o 3.º ciclo e o ensino secundário.

O primeiro documento define o Nível Zero e assume-se como um instrumento de apoio, fornecendo orientações práticas às escolas para a operacionalização das medidas para alunos migrantes com poucos ou nenhuns conhecimentos da língua portuguesa.

Os testes de posicionamento são constituídos por cinco componentes: Produção e Interação Orais; Compreensão Oral; Compreensão Escrita; Produção Escrita e Competência Estrutural.

Estas medidas constituem uma resposta à realidade desafiante das escolas com o aumento rápido de alunos migrantes e afirmam o pressuposto de que a diversidade é uma oportunidade para todos – para quem chega e para quem recebe.

A Direção da DGE